

Estudo Técnico Preliminar 280/2028

1. Informações Básicas

Número do processo: 64000.039613/2025-86

2. Descrição da Necessidade

Qual é de fato a necessidade da Administração?

2.1. A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) é uma instituição de ensino superior que tem como finalidade a formação do futuro oficial combatente do Exército Brasileiro. Atualmente, cerca de dois mil cadetes, divididos em quatro anos, realizam sua formação na AMAN, sendo formados aproximadamente 400 (quatrocentos) todos os anos.

2.2. Para cumprir sua missão de formar oficiais da linha bélico militar e com objetivo de se tornar uma referência mundial, a AMAN participa de atividades educacionais, esportivas e culturais com Força Armadas de vários países, além de interagir com diversas Instituições nacionais, tanto públicas como privadas e recebe muitas visitas, tendo como praxe ofertar Materiais de Divulgação Institucional em caráter de reciprocidade.

2.3. Como parte de seu calendário de atividades, a AMAN recebe visitas institucionais de autoridades civis e militares, nacionais e estrangeiras, que vêm repassar o seu conhecimento aos cadetes. Como forma de agradecimento pela colaboração, são entregues Materiais de Divulgação Institucional.

2.4. Ainda em alinhamento com a missão de formar oficiais da linha bélico-militar, a AMAN realiza em torno de 500 (quinhentos) Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) e Pedidos de Cooperação de Ensino (PCE), por ano letivo, com instituições civis e militares de natureza operacional e acadêmica. Nessas oportunidades, os laços de cooperação institucional são estreitados por meio de intercâmbio de conhecimentos e materializados na cordialidade recíproca de Materiais de Divulgação Institucional.

2.5. Além disto, buscando desenvolver o espírito de corpo, a liderança e aprimorar a disciplina, a AMAN sedia, periodicamente, competições esportivas de diversas modalidades, como as Olimpíadas Acadêmicas, NAVAMAER, Copa AMAN de Salto, Corrida da Infantaria, Regata da Engenharia, Corrida da Biela, dentre outras modalidades.

2.6. Nestas atividades são distribuídos troféus e medalhas aos atletas e equipes que se destacam. Somente durante as Olimpíadas Acadêmicas, anualmente, são utilizadas 1800 (mil e oitocentas) medalhas, sendo 800 (oitocentas) de ouro, 500 (quinhentas) de prata e 500 (quinhentas) de bronze e 33 (trinta e três) troféus.

2.7. A AMAN, como instituição de ensino superior de destaque, recebe regularmente autoridades e a ausência de uma lembrança adequada em visitas oficiais pode resultar em descortesia diplomática ou transmitir uma imagem de desorganização.

2.8. Brindes personalizados funcionam como ferramentas de posicionamento e valorização da marca do Exército.

2.9. A troca de Materiais de Divulgação Institucional fortalece laços com parceiros institucionais, colaboradores e outras instituições.

2.10. A contratação justifica-se com base na eficiência administrativa, permitindo que a instituição cumpra seu papel de Relações Públicas, essencial para o bom funcionamento da administração.

2.11. A aquisição anual de brindes deve ser planejada, mas não se caracteriza como "fornecimento contínuo" no sentido de essencialidade básica, sendo uma compra para eventos/atividades específicas Forças Armadas.

2.12. Diante do grande volume de atividades realizadas por esta Academia, é imprescindível a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional para atender suas necessidades de Comunicação Social, Relações Institucionais, culturais e esportivas, conforme descrito acima, não para benefício pessoal, mas sim um ato oficial de protocolo.

Qual o problema a ser resolvido?

2.13. Nesse escopo, este processo licitatório visa atender à necessidade de aquisição de Materiais de Divulgação Institucional destinadas a esta organização militar, para:

2.13.1. Aquisição de materiais institucionais para compor 'kits' de recepção a autoridades, visando o protocolo de relações públicas da AMAN

2.13.2. Fortalecer o intercâmbio com instituições congêneres e civis, valorizando a imagem da instituição.

2.13.3. Materiais de Divulgação Institucional que contenham os símbolos da AMAN/Exército, conferindo caráter de oficialidade

Quais as possíveis soluções?

2.14. A solução para o problema é aquisição de Materiais de Divulgação Institucional, realizada com empresas especializadas no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos neste instrumento e no futuro Termo de Referência.

2.15. As empresas contratadas devem cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e a propostas, assumindo como exclusivamente seus riscos e as suas despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

Será que realmente o problema que a Administração tem para ser resolvido o será por meio de uma contratação?

2.16. Sim, problema é a necessidade de representar a AMAN com cortesia e profissionalismo.

2.17. A solução é a contratação de fornecedor para produzir, com o selo institucional, itens que materializem essa cortesia.

Em caso positivo, quais as opções de contratação que o mercado oferece para solucionar o problema? Há mais de uma solução?

2.18. O mercado oferece diversas opções de contratação para a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), adequando-se à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) para garantir a personalização e a sofisticação necessárias para autoridades:

2.18.1. Pregão Eletrônico (Sistema de Registro de Preços - SRP): A modalidade mais comum para aquisições recorrentes de brindes e souvenirs. O SRP permite que a AMAN licite os itens com antecedência e realize pedidos parcelados conforme a demanda de visitas ao longo do ano, garantindo vantagem econômica.

2.18.2. Licitação por Menor Preço (Item ou Lote): Seleção da proposta mais vantajosa, focada em empresas especializadas na confecção de brindes personalizados, como placas, medalhas, miniaturas, objetos em metal ou couro com o brasão da AMAN

3. Área Requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Comunicação Social da AMAN	FUÉDE FERES JÚNIOR

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 4.2. A empresa deverá efetuar a entrega do objeto em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da nota de empenho/ordem de fornecimento, em remessa única ou parcelada, no seguinte endereço: Rodovia Presidente Dutra, KM 312, S/Nº, Resende-RJ, de segunda-feira até sexta-feira, das 08:00h à 16:00h no Almoxarifado da AMAN.
- 4.3. Para os materiais personalizados, as empresas contratadas poderão receber a arte da contratante, ou uma arte similar, enviando o modelo/protótipo/arte final do produto para verificação da qualidade.
- 4.4. Os materiais entregues devem ser novos e corresponder rigorosamente às especificações técnicas descritas no edital e no Termo de Referência
- 4.5. A empresa deverá comunicar à contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro)** horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

Considerações acerca da possível vedação à terceirização pretendida.

- 4.6. Não se aplica à presente contratação

Justificativa de Serviço Comum

- 4.7. As aquisições, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, tendo em vista possuírem padrões comuns de qualidade e desempenho que podem ser definidos objetivamente pelo Edital, por meio de especificações usuais no mercado.
- 4.8. Além disso, as aquisições estão disponíveis no mercado, com diversos prestadores que o oferecem em condições similares de qualidade e preço, facilitando a obtenção de propostas competitivas e os preços referenciais são facilmente acessíveis em sistemas de banco de preços, catálogos, ou em registros de compras públicas anteriores, permitindo a comparação direta de custos.

Justificativa para não enquadramento como bem de luxo

- 4.9. Objeto licitado não se enquadra como bem de luxo, de acordo com os critérios estabelecidos no art. 20 da Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 10.818/2021, sendo caracterizado como um item de qualidade comum, apto a cumprir as finalidades para as quais se destina no contexto das demandas administrativas.

Contratação mediante Pregão Eletrônico

- 4.10. Segundo o Art. 29 da Lei 14.133/21, adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 4.11. A escolha do pregão eletrônico assegura maior transparência e publicidade ao processo, com todas as etapas sendo registradas eletronicamente, permitindo o acompanhamento em tempo real pelos participantes e órgãos de controle.

Da Escolha do Critério de Julgamento (Menor Preço)

4.12. A presente contratação visa à seleção da proposta mais vantajosa, pautando-se nos princípios da eficiência e economicidade (art. 11, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

4.13. A fase preparatória demonstrou a adequação do objeto aos parâmetros de qualidade exigidos, justificando a escolha dos critérios abaixo descritos.

4.14. Adotou-se o critério de Menor Preço (art. 33, I, da Lei 14.133/2021), pois:

4.14.1. Padronização do Objeto: O objeto possui especificações técnicas claras, usuais no mercado e perfeitamente definíveis no Termo de Referência, o que torna desnecessária a ponderação por técnica ou conteúdo artístico.

4.14.2. Objetividade: O critério de menor preço é o que melhor garante a objetividade na seleção, evitando subjetividades na avaliação das propostas.

4.14.3. Menor Dispendio: A pesquisa de preços demonstrou que a competição baseada estritamente no valor monetário, atendendo aos padrões de qualidade mínimos, proporcionará o menor dispendio total para a Administração.

Justificativa para a escolha do modo de disputa (Aberto e Fechado)

4.15. Optou-se pelo modo de disputa Aberto e Fechado (etapa aberta seguida de uma etapa fechada), com base no art. 56 da Lei nº 14.133/2021, pelas seguintes razões:

4.15.1. Fomento à Competitividade: A etapa aberta (lances sucessivos) permite que os licitantes acompanhem a disputa em tempo real, incentivando reduções sucessivas de preço.

4.15.2. Redução da Assimetria de Informação: A combinação permite que, após a dinâmica competitiva aberta, os licitantes ofereçam lances finais e sigilosos, o que maximiza a economicidade.

4.15.3. Conformidade Legal: Conforme orientações da jurisprudência do TCU e da AGU, a adoção da etapa aberta atende ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, sendo o modelo "aberto e fechado" uma combinação eficiente para garantir o melhor resultado na fase de lances

4.16. Pelo exposto, a combinação de Menor Preço com o modo de disputa Aberto e Fechado justifica-se como a **estratégia mais eficiente**, transparente e competitiva para o presente caso, garantindo a seleção da proposta que melhor atende ao interesse público, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

Justificativa para utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)

4.17. No que concerne especificamente ao Sistema de Registro de Preços (SRP), o art. 14 do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, admitiu a utilização do Pregão para a efetivação do registro de preços para eventual contratação de bens e serviços comuns.

4.18. A opção pelo Sistema de Registro de Preços se dá em conformidade com o Inciso II do Art. 3º, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023:

II – Quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa.

4.19. No presente caso, o objeto a ser licitado apresenta natureza e características próprias de eventualidade e imprevisibilidade, tanto quanto ao momento efetivo da sua concreta necessidade como quanto à quantidade exata a ser demandada, não havendo, assim, possibilidade de se prever, com exatidão, o quantitativo certo a ser demandado.

4.20. Ao mesmo tempo em que configura a necessidade de contratações frequentes e parceladas, restando

caracterizadas, assim, as hipóteses dos Incisos I, II, III e V do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023.

Sobre a Ata de Registro de Preços

4.21. Não será admitida a Adesão à Ata de Registro de Preços:

4.21.1. Segundo o Tribunal de Contas da União (TCU), a "eventual previsão em edital da possibilidade de adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes esteja devidamente motivada no processo administrativo (TCU. Acórdão 2037/2019 Plenário).

4.21.2. E ainda, segundo o TCU, "é indevida a utilização da ata de registro de preços por quaisquer interessados – incluindo o próprio gerenciador, os órgãos participantes e eventuais caronas.

4.21.3. Desta forma, não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, nos seguintes termos:

4.21.4. O órgão não participante, ao não participar da licitação e dos procedimentos iniciais, inclusive, da fase de planejamento do órgão gerenciador, não constará no Termo de Referência nem no edital do presente Processo da Contratação;

4.22. Sendo assim, não será admitida a adesão à ata de registro de preços, uma vez que não haverá a previsão em Edital, quanto aos quantitativos estimados para adesão à ata por órgãos ou entidades não participantes da licitação.

Sobre a Renovação da Ata de Registro de Preços

4.23. A renovação (prorrogação) da Ata de Registro de Preços (ARP) com base na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) tem validade de um ano, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços e o interesse público.

4.24. A renovação (prorrogação) da Ata de Registro de Preços (ARP) deve ser formalizada através de Termo Aditivo antes do término do prazo.

4.24.1. Pontos Chave da Renovação/Prorrogação

4.24.1.1. Fundamentação Legal: O artigo 84 da Lei nº 14.133/2021 determina que a vigência pode ser de até um ano, prorrogável por igual período.

4.24.1.2. Requisitos: A Administração deve comprovar que os preços registrados permanecem vantajosos (compatíveis com o mercado).

4.24.1.3. Formalização: Deve ser feita através de um Termo Aditivo, não se admitindo apenas apostilamento.

4.24.1.4. Prazo: A formalização da prorrogação deve ocorrer, obrigatoriamente, antes da expiração do prazo de vigência original.

4.24.1.5. Renovação de Quantitativos: Além do prazo, é possível renovar os saldos (quantitativos) da ata para mais um período, conforme o Portal Compras do Governo Federal.

4.24.1.6. É obrigatória a divulgação do termo de prorrogação no PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas).

4.24.1.7. A prorrogação da ata é um **instrumento importante de eficiência**, pois evita novos processos licitatórios desnecessários quando as condições originais ainda são as melhores para o interesse público.

Da possibilidade de renovação dos quantitativos na prorrogação da Ata de Registro de Preços

4.25. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a Ata de Registro de Preços poderá ter sua vigência

prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade e haja anuência do fornecedor.

4.26. Conforme entendimento firmado no âmbito da Advocacia-Geral da União, especialmente no Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU e no Parecer nº 00471/2024/CONJUR-EB/CGU/AGU, admite-se, na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, a renovação dos quantitativos originalmente registrados, até o limite inicialmente estimado no certame, desde que:

4.26.1.1. I – Haja previsão expressa no edital e na ata;

4.26.1.2. II – Seja demonstrada, mediante justificativa técnica e pesquisa de preços atualizada, a manutenção da vantajosidade da contratação;

4.26.1.3. III – ocorra a anuência formal do fornecedor registrado;

4.26.1.4. IV – a prorrogação e a renovação sejam formalizadas dentro da vigência da ata, por termo aditivo;

V – Estejam evidenciado o interesse público e a adequação ao planejamento da contratação.

4.26.2. A previsão da renovação dos quantitativos, visa assegurar a continuidade do fornecimento, a eficiência administrativa e a economicidade, evitando a deflagração de novo procedimento licitatório quando mantidas as condições vantajosas e o atendimento ao interesse público.

Da possibilidade de renovação dos saldos da Ata de Registro de Preços

4.27. A renovação do saldo em Ata de Registro de Preços (ARP), sob a [Lei nº 14.133/2021](#), permite prorrogar a vigência por até um ano e restaurar os quantitativos originais, desde que comprovada a vantagem econômica e anuência do fornecedor. A medida exige pesquisa de mercado, justificativa formal e formalização através termo aditivo, trazendo flexibilidade e economia.

4.27.1. Principais Pontos da Renovação de Saldo (ARP):

4.27.1.1. Fundamentação Legal: O art. 84 da Lei 14.133/2021 estabelece a vigência de um ano, prorrogável por igual período.

4.27.1.2. Renovação de Saldo (Quantitativos): A jurisprudência, incluindo entendimento da [AGU](#) e tribunais de contas admite que, ao prorrogar o prazo, os quantitativos iniciais podem ser "renovados" (ou repostos), não configurando acréscimo contratual, mas nova rodada da ata.

4.27.1.3. Requisitos: Comprovação documental de que os preços permanecem vantajosos, pesquisa de mercado atualizada e justificativa da necessidade da Administração.

4.27.1.4. Formalização: A prorrogação e a renovação de saldo devem ser formalizadas através de **Termo Aditivo** dentro do prazo de vigência original, não bastando o simples apostilamento.

4.27.1.5. Sistema Compras.gov.br: No sistema federal, a prorrogação com renovação de saldo é feita criando uma alteração do tipo "vigência" e selecionando "Sim" para a renovação do quantitativo.

Justificativa para a formalização do instrumento de contrato

4.28. A formalização do instrumento de contrato visa garantir a estabilidade das relações administrativas e a mitigação de riscos operacionais.

4.29. A adoção do Termo de Contrato para o presente certame, em detrimento da utilização exclusiva da Nota de Empenho, fundamenta-se nos princípios da eficiência e da segurança jurídica, conforme as razões expostas (**justificativas**):

4.29.1. Garantia da Execução e Segurança na Entrega: O contrato estabelece, de forma clara e coercitiva, o cronograma de entrega, os critérios de aceitabilidade e as especificações técnicas dos materiais

de divulgação. Isso minimiza ambiguidades que poderiam comprometer a padronização institucional da AMAN.

4.29.2. Vinculação de Obrigações Complexas: Considerando que o material de divulgação envolve propriedade intelectual, direitos de imagem e especificações de design, o termo de contrato permite detalhar as obrigações acessórias da contratada que extrapolam a simples entrega do objeto, como revisões de provas gráficas e confidencialidade.

4.29.3. Mitigação de Riscos em Longo Prazo: Dada a validade da Ata de Registro de Preços por até 24 meses (considerando a prorrogação), o contrato formal assegura a manutenção das condições propostas e facilita a aplicação de sanções administrativas em caso de inadimplemento, oferecendo maior proteção ao erário frente a possíveis variações de mercado ou falhas na prestação do serviço.

4.29.4. Fiscalização e Gestão Eficiente: O instrumento contratual define com precisão as responsabilidades do fiscal do contrato e as etapas de liquidação da despesa, garantindo que a Administração tenha respaldo documental robusto para exigir o cumprimento integral das cláusulas acordadas durante todo o período de vigência.

Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação

4.30. No planejamento da contratação, serão adotado as orientações contidas no Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação, disponível na página eletrônica (internet) da Advocacia Geral da União.

Declaração de que se trata de Atividade de Custeio

4.31. O serviço a ser adquirido se enquadra na classificação de atividades de custeio, nos termos do inciso II do art. 2º da Portaria ME nº 7.828, de 30 de agosto de 2022.

Art. 2º Consideram-se atividades de custeio, para fins do disposto no art. 3º do Decreto nº 10.193, de 2019, aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgãos e entidades que apoiam o desempenho de suas atividades institucionais, tais como:

III - realizações de congressos e eventos, serviços de publicidade, serviços gráficos e editoriais;

Limites Instância de governança da contratação

4.32. A presente contratação enquadra-se nos pressupostos no art. 6º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, constituindo-se em bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado e que está sendo obedecido ao prescrito no Decreto nº 10.193/2019, bem como no caput do Art. 6º da Portaria - C Ex nº 2.334, de 1º de outubro de 2024, onde estabelece os limites da governança das contratações no âmbito do Exército Brasileiro, conforme descrito abaixo:

Art. 6º A competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor, com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) fica subdelegada aos ordenadores de despesas das organizações militares.

4.33. O presente ETP será, também, assinado pelo Ordenador de Despesas da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Adoção de Forma Eletrônica

4.34. O presente processo licitatório será realizado na modalidade Pregão Eletrônico e seus atos serão digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, de acordo com o Inciso VI do Art. 12º da Lei 14.133/21.

4.35. Documentos em papel serão digitalizados conforme o Parágrafo Único do Art. 5º e Art. 12º do Decreto 8.539/2015.

Verificação de Assinaturas Digitais

4.36. Todas as assinaturas digitais que irão compor este processo serão aferidas com o verificador de conformidade do Padrão de Assinaturas Digital ICP-Brasil disponibilizado pelo ITI.

4.37. O ICP Brasil está em conformidade com a Resolução CG ICP-Brasil nº 182, de 18 de fevereiro de 2021 (DOC- ICP-15). O verificador afere a conformidade de assinaturas eletrônicas avançadas providas no âmbito da Plataforma gov.br, nos termos da Lei nº 14.063/2020, do Decreto nº 10.543/2020 e da Portaria Conjunta ITI/CC/PR SGD/SEDGG/ME nº 1/2021.

Adoção de Modelos de Artefatos da Advocacia Geral da União (AGU)

4.38. Para a devida instrução processual, em respeito aos artigos 29 e 35 da IN nº 05/2017 e enunciado BPC nº 06, foram utilizados os modelos de Termo de Referência, Edital, Termo de Contrato e Lista de Verificação, constantes no site da AGU/MGI.

4.39. A Minuta do Termo de Contrato será elaborada pela Seção de Contratos da Academia Militar das Agulhas Negras.

Catálogo Eletrônico de Padronização

4.40. Em consulta ao link <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>, onde é possível consultar o catálogo eletrônico de padronização do governo, verifica-se que ele disponibiliza para consulta somente os itens água mineral natural, sem gás, café e açúcar.

4.40.1. Portanto, não atende ao objeto desta aquisição.

Atendimento ao Princípio da Padronização

4.41. A presente contratação observa o princípio da padronização, conforme o art. 43 da Lei nº 14.133/2021, estando alinhada ao Manual de Identidade Visual do Exército Brasileiro.

4.42. A uniformização dos materiais de divulgação entre os diversos setores da AMAN justifica-se pela necessidade de preservar a sobriedade e a autoridade da imagem institucional da Força Terrestre, além de permitir a racionalização dos custos de produção e a simplificação dos processos de fiscalização contratual.

A presente contratação enquadra-se como atividades materiais acessórias e instrumentais

4.43. Os serviços de produção de material de divulgação institucional enquadram-se como atividades materiais acessórias e instrumentais, nos termos do Decreto nº 9.507/2018.

4.44. Tais serviços não constituem a competência legal precípua da AMAN (Ensino Superior Militar), mas servem de suporte indispensável para a difusão dos processos seletivos e das atividades de ensino.

4.45. A contratação visa conferir profissionalismo à comunicação institucional, sem desviar o efetivo militar de suas funções finalísticas de instrução e comando.

Princípio da Segregação de Funções

4.46. No presente Processo da Contratação, será observado o princípio da segregação de funções, vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação, conforme o Art. 5º e § 1º do Art. 7º da Lei 14.133/21.

Participação Exclusiva de ME EPP

4.47. A justificativa legal para a realização de licitação com participação exclusiva de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) baseia-se no tratamento diferenciado e favorecido, estabelecido para contratações de baixo valor.

4.48. Os principais fundamentos são:

4.48.1. Fundamento Legal (LC 123/2006): O Artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 (atualizada pela Lei nº 14.133/2021) determina que a administração pública deve realizar processos licitatórios destinados exclusivamente à participação de ME e EPP para itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

4.48.2. Valor do Item: Como a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional será feita por itens, e todos os itens estão abaixo do limite de R\$ 80.000,00, a exclusividade é obrigatória por lei para fomentar o desenvolvimento local e a participação de pequenos negócios.

4.48.3. Regulamentação (Nova Lei de Licitações - 14.133/2021): A Nova Lei de Licitações mantém os benefícios da LC 123/2006. A restrição é aplicável por exercício financeiro.

4.48.4. Vantajosidade e Comprovação: A justificativa é formalizada por meio de pesquisa de mercado (Nota Técnica de Análise Crítica) que comprova que, ao destinar itens até R\$ 80 mil para ME/EPP, a administração obtém propostas vantajosas, garantindo a celeridade e o cumprimento dos princípios da sustentabilidade econômica.

4.49. justificativa técnica é a adequação ao limite de valor estipulado em lei (Art. 48 da LC 123/06), visando o incentivo aos pequenos empreendedores sem prejuízo à competitividade e ao erário.

Justificativa para a reserva de até 25% do objeto em licitações de bens divisíveis para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)

4.50. A justificativa para a reserva de até 25% do objeto em licitações de bens divisíveis para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) é o fomento ao desenvolvimento econômico regional e local, ampliando a competitividade e a participação dessas empresas, conforme a Lei Complementar nº 123/2006 (alterada pela LC 147/2014).

4.51. O objetivo é garantir tratamento diferenciado, facilitar o acesso ao mercado público e incentivar a formalização e a inovação dessas empresas, sem comprometer a eficiência da contratação.

4.51.1. Obrigatoriedade: Aplica-se à aquisição de bens divisíveis com valor acima de R\$ 80.000,00.

4.51.2. Natureza do Objeto: O item deve ser divisível.

4.51.3. Não exclusividade: A empresa que ganha a cota reservada também pode participar da cota principal.

4.51.4. Objetivos da Justificativa Técnica: A medida aumenta a participação de pequenos negócios sem prejuízo à economicidade ou à celeridade da aquisição.

Margem de Preferência: Justificativa para a não exigência

4.52. Em uma licitação onde todos os produtos são de fabricação nacional, a justificativa para não exigir margem de preferência baseia-se na inutilidade prática e econômica de sua aplicação, garantindo assim a

4.52.1. Finalidade do Instrumento: A margem de preferência é uma política pública criada para proteger a indústria local contra produtos estrangeiros, permitindo pagar até 20% a mais (ou mais, conforme regulamentação) por um produto nacional em comparação a um importado.

4.52.2. Ausência de Concorrência Estrangeira: Se todas as propostas válidas são de produtos

nacionais, não há produto estrangeiro a ser superado. Aplicar uma margem de preferência (ex: favorecer uma nacional em detrimento de outra também nacional) geraria um custo desnecessário à Administração, vulgarizando o esforço fiscal sem trazer benefícios externos.

4.52.3. Facultatividade da Margem: A Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) estabelece a margem de preferência como uma possibilidade, não uma obrigatoriedade, dependendo de regulamentação para produtos específicos e de justificativa no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

4.53. Portanto, apenas se houver, na mesma licitação, produtos estrangeiros concorrendo com os nacionais. Se todos os itens forem nacionais, o critério de julgamento será o menor preço entre eles, sem a aplicação da margem de preferência.

Vedação à participação de Consórcio

4.54. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas,

4.55. A vedação à participação de interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, se justifica na medida em que nas aquisições de bens e serviços comuns, perfeitamente pertinentes e compatíveis para empresas atuantes do ramo licitado.

4.56. Desta forma, é bastante comum a participação de empresas de pequeno e médio porte, às quais, em sua maioria, apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira, condições suficientes para a execução de contratos ou instrumentos equivalentes, dessa natureza, o que não tornará restrito o universo de possíveis licitantes individuais.

4.57. A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital. Nestes casos, a Administração, com vistas a aumentar o número de participantes, admite a formação de consórcio.

4.58. Tendo em vista que é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei nº 14.133/21, que em seu art. 15, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas, pelos motivos já expostos, conclui-se que a vedação de constituição de empresas em consórcio, para o caso concreto, é o que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade.

Vedação à participação de Agricultor Familiar

4.59. A justificativa técnica para a não participação de agricultores familiares em processos licitatórios voltados à aquisição de materiais de divulgação institucional baseia-se na incompatibilidade entre o objeto da licitação e a finalidade da política pública de apoio ao setor, além de exigências técnicas e operacionais.

Vedação à participação de produtor rural pessoa física

4.60. A justificativa técnica para a não participação (ou inabilitação) de um produtor rural — especialmente quando atua como pessoa física (CPF) ou produtor rural pessoa física com CNPJ apenas cadastral — em licitações para aquisição de material de divulgação institucional baseia-se na incompatibilidade entre o objeto social/atividade econômica cadastrada e o objeto licitado, além de limitações documentais.

Vedação à participação de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)

4.61. A justificativa técnica e jurídica para a não participação ou a restrição de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCI) em processos de licitação comuns, como a aquisição de materiais de divulgação institucional, baseia-se na natureza jurídica diferenciada dessas entidades e no regime de parcerias ao qual estão submetidas.

Justificativa para Participação de Cooperativas

4.62. Amparo Legal e Isonomia: A participação de sociedades cooperativas em licitações é respaldada pelo Art. 16 da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), que veda a exclusão desses entes, desde que apresentem documentação que comprove a regularidade e a adequação do seu regime jurídico. Proibir sua participação feriria o princípio da isonomia, restringindo injustificadamente o universo de competidores.

4.63. Estímulo à Competitividade: Ao permitir que cooperativas disputem o certame, a Administração Pública amplia o leque de fornecedores. Essa maior oferta tende a gerar preços mais vantajosos e melhores condições de contratação, atendendo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência no gasto público.

4.64. Função Social e Desenvolvimento Regional: As cooperativas desempenham um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico, especialmente em âmbitos locais e regionais. Sua inclusão está alinhada com o Art. 174, § 2º, da Constituição Federal, que estabelece o apoio e o estímulo ao cooperativismo pelo Estado como forma de promover a justiça social e a distribuição de renda.

4.65. Capacidade de Fornecimento: Muitas cooperativas possuem estrutura logística e capacidade produtiva superior a empresas individuais, garantindo a entrega de bens em larga escala com qualidade técnica comprovada, sem que a natureza societária interfira na execução do contrato.

Justificativa para a não exigência de Prova de inscrição/regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal

4.66. Tendo em vista que esta licitação está sendo realizada por um órgão federal, não havendo, assim, portanto, obrigatoriedade de se exigir regularidade fiscal estadual ou regularidade fiscal municipal, conforme já decidiu o próprio TCU (*Acórdão 2185/2020- TCU- Plenário);

Justificativa para a exigência de Qualificação Técnica

4.67. A não exigência de qualificação técnica (atestados de capacidade técnica) e econômica em licitações para aquisição de bens (materiais) fundamenta-se, principalmente, na natureza comum do objeto e na necessidade de ampliação da competitividade, conforme diretrizes da nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021).

4.67.1. Bens Comuns e Padrões de Mercado

4.67.1.1. Definição de Bens Comuns: São aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

4.67.1.2. Desnecessidade de Experiência Prévia: Se o produto é padronizado, a experiência anterior do fornecedor (comprovada por atestado) é irrelevante para garantir a qualidade da entrega, que é assegurada pelas especificações técnicas.

4.67.2. Ampliação da Competitividade e Livre Concorrência

4.67.2.1. Vedação de Cláusulas Restritivas: Exigir atestados para materiais comuns pode restringir a participação de novas empresas ou pequenos fornecedores que possuem o produto, mas não o "histórico" de vendas para órgãos públicos.

4.67.2.2. Princípio da Isonomia: A administração busca a proposta mais vantajosa (menor preço), e a

restrição injustificada da qualificação técnica fere a isonomia entre os licitantes

4.67.3. Substituição por Garantias Adequadas (Amostras)

4.67.3.1. Em licitações de bens, a melhor forma de garantir a compatibilidade do produto com a necessidade da administração é através da exigência de amostras, catálogo, laudo técnico ou certificações de qualidade (como INMETRO).

4.67.3.2. Isso transfere o foco da capacidade do fornecedor para a qualidade do produto em si

4.67.4. A nova lei foca a qualificação técnica (art. 67) com mais ênfase em obras e serviços. Para a aquisição de bens, a Administração deve provar (no Estudo Técnico Preliminar - ETP) que a exigência de atestado é indispensável, caso contrário, deve dispensá-la para não restringir a competição.

Justificativa para a exigência de amostra e Integração à Proposta

4.68. Para compor o seu Estudo Técnico Preliminar (ETP), a justificativa para a exigência de amostras deve focar na mitigação de riscos e na garantia da qualidade, fundamentando-se no Art. 41 da Lei nº 14.133/2021.

4.68.1. Da Necessidade e Finalidade: A natureza dos materiais de divulgação institucional exige rigoroso controle de qualidade visual, tátil e de fidelidade às cores e padrões da identidade visual do Exército Brasileiro. A apresentação de amostras como parte integrante da proposta justifica-se pela necessidade de o Pregoeiro e a equipe técnica verificarem, antes da homologação, se o produto ofertado atende integralmente às especificações do Termo de Referência, evitando a entrega de materiais com gramatura inferior, acabamento precário ou distorções cromáticas.

4.68.2. Da Mitigação de Riscos: A exigência visa prevenir o "risco de inadimplemento qualitativo". Sem o exame prévio da amostra, a Administração estaria sujeita a contratar uma proposta de menor preço, mas que entrega um produto incapaz de representar a imagem institucional da AMAN com o devido decoro e padrão de excelência, resultando em prejuízo ao erário e necessidade de refazer o processo.

4.68.3. Da Logística e Controle (Seção de Licitações): A entrega física das amostras na Seção de Licitações é medida indispensável para a transparência e rastreabilidade do processo. Sob a custódia do Pregoeiro, as amostras servirão como "padrão de comparação" para o recebimento definitivo do objeto. Uma vez que as amostras fazem parte da proposta, elas asseguram que o fornecedor mantenha o padrão de qualidade durante toda a execução contratual, servindo como prova material em caso de divergências técnicas na entrega do lote total.

4.68.4. Fundamentação Legal: A medida encontra amparo no Art. 41, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a exigência de amostras no período de julgamento das propostas, visando assegurar que o proponente detém plenas condições de cumprir as exigências técnicas estabelecidas.

Justificativa para Exigência de Qualificação Econômico-Financeira (ME/EPP)

4.69. Garantia do Interesse Público e da Execução Contratual: Ainda que o certame seja exclusivo para ME e EPP, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública tem o dever de zelar pela continuidade do serviço e pela entrega dos bens. A exigência de índices mínimos (como Liquidez Geral e Corrente) ou capital mínimo serve para mitigar o risco de inadimplemento contratual decorrente de insolvência ou falta de capital de giro da contratada durante a execução.

4.70. Amparo na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021): A solicitação fundamenta-se nos Artigos 62 e 69 da Lei nº 14.133/2021, que autorizam a exigência de aptidão econômica para demonstrar a capacidade da licitante em honrar seus compromissos. A análise do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis é a forma objetiva de verificar se a estrutura financeira da ME/EPP é compatível com o vulto da aquisição pretendida.

4.71. Proporcionalidade e Razoabilidade: A exigência é justificada de forma proporcional, limitando-se ao estritamente necessário (ex: capital social ou patrimônio líquido não superior a 10% do valor estimado da contratação). Isso garante que o requisito não se torne uma barreira de entrada excessiva, respeitando o tratamento diferenciado e favorecido garantido às pequenas empresas, mas assegurando que o fornecedor possua lastro para suportar eventuais atrasos de pagamento ou variações de custos de insumos.

4.72. Prevenção de Prejuízos ao Erário: A seleção de uma empresa financeiramente fragilizada pode resultar em rescisões prematuras, necessidade de nova licitação e interrupção no fornecimento de bens essenciais, gerando custos processuais e operacionais adicionais ao órgão público que superam o benefício da ampla concorrência sem critérios financeiros.

Obrigações da Contratante e da Contratada

4.73. O Contrato estabelece obrigações da contratante e da contratada, incluindo deveres específicos e compatíveis com o objeto.

5. Levantamento do Mercado

5.1. Foram consideradas **contratações similares** feitas por outros órgãos e entidades públicas, bem como por organizações privadas, no contexto nacional ou internacional, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da Administração;

5.2. Foram verificadas as condições e exigências do mercado fornecedor para a necessidade levantada, de modo a possibilitar a compatibilidade entre os requisitos propostos pela área demandante e as possíveis soluções que o mercado fornecedor pode proporcionar, em especial no que diz respeito a qualidade dos produtos e prazo de entrega.

5.2.1. Não foram realizadas **audiência e/ou consulta pública**, preferencialmente na forma eletrônica, para coleta de contribuições.

5.2.2. Entende-se que Materiais de Divulgação Institucional e placas de homenagem são itens de mercado, de fácil especificação técnica e baixa complexidade. A consulta pública, nesse caso, viola os princípios da celeridade e da eficiência (art. 5º), gerando custo administrativo desnecessário

5.3. Por se tratar de produtos personalizados, é possível encontrar dentre empresas mercado, fornecedores que atenderão de forma satisfatória a futura aquisição, tanto na entrega, quanto na qualidade dos produtos. Foram observados os aspectos de viabilidade, mercadológico, economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5.4. Considerando, ainda, as características da contratação, verifica-se que a melhor solução é que oferece maior vantagem é a aquisição por pregão eletrônico, pelo sistema de registro de preços.

5.5. Foram avaliados os custos e os benefícios pela escolha da alternativa mais vantajosa:

5.5.1. A fundamentação para a contratação de empresa especializada para o fornecimento de Materiais de Divulgação Institucional destinados a autoridades baseia-se na busca pela **proposta mais vantajosa** para a Administração Pública, conforme a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), priorizando a relação custo-benefício, qualidade, padronização e a necessidade de preservar a imagem institucional.

5.6. Não se aplica, para a presente contratação, a prospecção de arranjos inovadores em sede de economia circular.

5.7. Não foram considerados pela Administração, a utilização de opções logísticas como chamamentos públicos de doação e permutas para a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional, mesmo parecendo

menos onerosas, em função da necessidade de **padronização, conformidade ética, controle de qualidade e rastreabilidade**, garantindo a imagem da instituição.

5.8. Não se aplica para a presente contratação a alocação de bens.

Justificativa de Observância às Condições de Mercado

5.9. A presente contratação para a aquisição de material de divulgação institucional da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) pauta-se pelo princípio da economicidade e da eficiência, assegurando que a Administração Pública não apenas obtenha o melhor produto, mas o faça sob condições justas e competitivas.

5.9.1. Compatibilidade com o Setor Privado: Certifica-se que o processo de aquisição e a sistemática de pagamento observarão condições semelhantes às praticadas no setor privado, com base nos seguintes parâmetros:

5.9.1.1. Pesquisa de Preços: Realizada com ampla consulta ao mercado, utilizando painéis de preços, contratações similares de outros órgãos e orçamentos diretos com fornecedores do ramo.

5.9.1.2. Prazos de Pagamento: Estabelecidos em conformidade com o cronograma financeiro da União, mas buscando alinhar-se ao fluxo de caixa padrão do mercado gráfico e de publicidade para evitar o "risco-administração" (que eleva os preços).

5.9.1.3. Especificações Técnicas: Os materiais foram descritos utilizando terminologia padrão do mercado, evitando exigências excessivas que restringiriam a competitividade ou encareceriam o produto sem ganho de qualidade proporcional.

5.10. Consulta à Intenção de Registro de Preços (IRPs):

5.10.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) tem como finalidade permitir à Administração tornar pública suas intenções de realizar Pregão ou Concorrência para Registro de Preços, com a participação de outros órgãos governamentais que tenham interesse em contratar o mesmo objeto, possibilitando auferir melhores preços por meio de economia de escala.

5.10.2. Ressalto que foram realizadas consultas às IRP's em andamento e não foram encontradas Intenções de Registro de Preços eventualmente existentes, com as mesmas características das especificidades da personalização de Materiais de Divulgação Institucional da AMAN.

5.10.3. Foi juntada ao processo a declaração, emitida pelo servidor responsável, atestando que foi observada no presente caso a providência prévia cautelar legalmente prevista do art.10 do Decreto nº 11.462/2023.

Lançamento da Intenção de Registro de Preços (IRP)

5.11. A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), promoveu o necessário lançamento prévia do procedimento público de IRP, requerida pelo art. 9º, caput, do Decreto nº 11.462/2023, conforme permite concluir o Relatório de Divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) no Sistema do Compras Governamentais, juntado ao processo.

Justificativa para a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP)

5.12. No entanto, não foi divulgada a IRP, em função do §2º do caput do Art.9º do Decreto nº 11.462/2023.

5.13. Para justificar a não divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), o foco foi ausência de ganho de escala e a especificidade do objeto, que tornam a participação de outros órgãos técnica e economicamente inviável.

5.13.1. Fundamentação Legal: A presente justificativa baseia-se no §1º do Art. 10 do Decreto nº

11.462/2023, que desobriga a divulgação da IRP quando o órgão gerenciador puder justificar a inviabilidade de participação de outros órgãos no certame.

5.13.2. Da natureza personalizada do objeto: O objeto desta licitação refere-se a materiais de divulgação institucional que contêm a identidade visual exclusiva, brasões e marcas registradas da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

5.13.2.1. Trata-se de itens com especificações técnicas singulares, cujo layout e personalização são restritos ao uso desta Unidade Gestora, não possuindo utilidade ou padronização que permita o aproveitamento por outros órgãos da Administração Pública, ainda que integrantes do Comando do Exército

5.13.3. Da Inexistência De Ganho De Escala: Dada a especificidade das artes, moldes e clichês necessários para a produção do material personalizado da AMAN, a inclusão de demandas de outros órgãos não geraria a economia de escala pretendida pelo Sistema de Registro de Preços. Ao contrário, poderia elevar o custo unitário e complexidade logística, sem benefício direto à competitividade.

5.13.4. Da vedação à adesão posterior (carona): Considerando a natureza personalíssima do material, esta Administração informa, desde logo, que não será autorizada a adesão posterior (carona) à Ata de Registro de Preços decorrente deste certame, conforme faculdade prevista no Art. 31, inciso I, do Decreto nº 11.462/2023, uma vez que os itens não possuem aplicação genérica.

5.14. Pelo exposto, esta Unidade Gestora optou pelo lançamento da IRP sem a respectiva divulgação para participação de outros órgãos, por entender que a medida é a que melhor atende aos princípios da eficiência e da racionalidade administrativa, evitando atos processuais inócuos.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. O objetivo principal desta aquisição é garantir a disponibilidade de Materiais de Divulgação Institucional, homenagens, premiações esportivas e culturais que atendam os padrões de qualidade e durabilidade, reproduzindo com fidelidade à arte fornecida pela contratante.

6.2. Não há necessidade de exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica pois se trata de material de consumo simples.

6.3. A solução proposta para a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional, homenagens, premiações esportivas e culturais, conforme estabelecido na Instrução Normativa SEGES nº 58, de 8 de agosto de 2022, compreende uma abordagem abrangente que atende às necessidades específicas da instituição, garantindo qualidade, eficiência e economia.

6.4. Desta forma, contempla a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional, homenagens, premiações esportivas e culturais, personalizadas de acordo com as demandas específicas para cada evento ou atividade a ser realizada.

6.5. Os materiais adquiridos deverão reproduzir com fidelidade a arte fornecida pela contratante, bem como manter as medidas, proporções e matérias primas descritas no Termo de Referência, buscando garantir a qualidade e durabilidade dos itens.

7. Estimativas das Quantidades a serem contratadas

7.1. Para se evitar a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional, as quais não se necessita ou em quantitativo aquém ou além da necessidade, foi planejada a contratação com base em estudos que demonstrem não só a necessidade do serviço, mas também a necessidade dos quantitativos propostos.

7.2. Os quantitativos para atender as necessidades dos próximos 12 meses foram baseados nas informações

levantadas junto aos setores da AMAN (Estado-Maior Geral, Corpo de Cadetes, Divisão de Ensino, Base Administrativa, Batalhão Agulhas Negras, Prefeitura Militar Acadêmica, Comissão Especial de Obras e Batalhão Logístico Acadêmico), sendo considerado o histórico de consumo dos últimos 12 meses, a perspectiva de provisão orçamentária e as atividades de comunicação social, de relações institucionais, culturais, esportivas e acadêmicas previstas no Plano-Geral de Ensino.

7.3. Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração estimou, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida.

7.4. Foi realizada a pormenorização, com a demonstração dos cálculos pelos quais se chegou à estimativa de quantidades.

7.5. Será registrado nos autos do processo, as planilhas de composição das estimativas das quantidades a serem contratadas.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor: R\$ 478.654,19

8.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 478.654,19 (Quatrocentos e setenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos)**

9. Justificativa para o parcelamento ou não da Solução

9.1. Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. A orientação para o parcelamento do objeto tem o propósito de ampliar a disputa do certame e garantir à Administração uma proposta mais vantajosa, sem prejuízo da economia de escala;

9.3. Súmula no 247 do TCU:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade (BRASIL, [2016]).

9.4. Para a presente contratação, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), optou pelo parcelamento da solução em 18 (dezoito) itens.

10. Contratações correlatas ou independentes

10.1. Contratações correlatas são aquelas que guardam relação com o objeto principal, interligando-se a essa prestação do serviço, mas que não precisam, necessariamente, ser adquiridas para a completa prestação do objeto principal.

10.2. As contratações interdependentes são aquelas que precisam ser contratadas juntamente com o objeto principal para a sua completa prestação.

10.3. Não se aplicam as contratações correlatas ou interdependentes no presente processo licitatório.

11. Alinhamento entre a contratação e o Planejamento

Adequação ao Planejamento Estratégico da AMAN

11.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano Anual de Contratação de 2026 dessa Academia, no entanto, o valor previsto inicialmente está abaixo da Estimativa de Contratação constante deste Estudo Técnico Preliminar.

11.2. Isto se deve ao fato de terem sido concentrados itens similares, comprados anteriormente por meio de processos como dispensa de licitação ou adesão, em um mesmo processo de compra. Acredita-se que, desta forma, o processo será mais vantajoso para a administração.

11.3. A aquisição proposta possui alicerce para fortalecer os seguintes apontamentos do Plano de Gestão da AMAN:

11.3.1. A Visão de Futuro, ao possibilitar a cortesia de Materiais de Divulgação Institucional que materializam sua a imagem no cenário internacional;

11.3.2. O Objetivo Estratégico Organizacional (OEO) 02 - aprimorar governança, gestão e contratações, levando em conta que a centralização de aquisição de Materiais de Divulgação Institucional, medalhas e premiações desportivas, realizada anteriormente em processos separados, diminui as solicitações pontuais e otimiza a utilização de recursos de forma centralizada, e

11.3.3. OEO 14 - Projetar a imagem da AMAN.

11.4. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento no tópico 2. do Termo de Referência (TR)

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente contratação é benéfica para a administração, pois agrega itens que eram comprados em diferentes processos SRP, dispensa de licitação e, ainda, adesão.

12.2. Ao unir as contratações em um único processo, aprimora-se a gestão, garantindo maior economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

12.3. Os benefícios e os resultados pretendidos são o cumprimento dos princípios da vantajosidade, economicidade, eficácia e eficiência, proporcionando a presteza, celeridade e pronto atendimento as necessidades finalísticas atribuídas à Seção de Comunicação Social da Academia Militar das Agulhas Negras.

12.4. Por outro lado, a aquisição destes produtos, na sua maioria personalizados, fortalece e projeta a identidade institucional da AMAN, de acordo com o previsto em seu plano de gestão.

12.5. Esta aquisição de Materiais de Divulgação Institucional para AMAN, maior Estabelecimento de Ensino da linha bélica-militar da América Latina, se faz necessária para incentivar, melhorar a visão do ambiente de trabalho, possibilitando um melhor desempenho da tropa nas missões logísticas e operacionais, contribuindo em diversos vetores de atuação da Academia e, principalmente, na missão de formar o aspirante a oficial das Armas, Quadros e Serviços e o soldado do Batalhão de Comando e Serviço.

12.6. Além disso, a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional projeta a imagem deste estabelecimento de ensino, indo ao encontro dos objetivos estratégicos estabelecidos nos planos internos da AMAN.

13. Providências a serem adotadas pela Administração

13.1. Foram realizados levantamentos de ações necessárias à adequação do ambiente da Academia Militar das Agulhas Negras para que a contratação surta seus efeitos, com os responsáveis por estes ajustes nos diversos setores:

13.1.1. Nomeação de, no mínimo, 02 (dois) agentes da administração para compor a equipe de gestão/fiscalização contratual na Comunicação Social da Academia Militar das Agulhas Negras;

13.2. A gestão dos serviços objeto do presente termo será de responsabilidade da Comunicação Social da Academia Militar das Agulhas Negras, a qual realizará sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos Fiscais;

13.3. A Ajudância-Geral da AMAN, publicará em Boletim Interno todo o pessoal designado para a gestão contratual.

13.4. A Seção de Contratos da Base Administrativa da AMAN, capacitará os militares que atuarão na contratação, gestão e fiscalização dos serviços de acordo com as especificidades do objeto a ser contratado;

13.5. Os mecanismos de comunicação, entre a CONTRATANTE e CONTRATADA, dar-se-á por meio Comunicação Social da Academia Militar das Agulhas Negras e a Empresa CONTRATADA.

13.6. A comunicação poderá ser por e-mail e/ou via telefone, registrando as ocorrências ou solicitações em livro próprio.

13.7. Não se vislumbram a necessidade de obtenção de licenças, outorgas ou autorizações.

Designação dos Agentes Responsáveis pela Gestão/Fiscalização Contratual

13.8. Após o término da licitação e por ocasião do início da fase contratual de execução do objeto contratado, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) designará formalmente os agentes técnicos e administrativos responsáveis pela futura gestão e fiscalização contratual (arts. 19 a 24 do Decreto nº 11.246/2022);

13.9. Será dado especial ênfase para o cuidado com os requisitos de cada designação individualizada e para o atendimento do princípio da “segregação de funções”.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O presente Processo da Contratação está devidamente contemplado no Plano de Logística Sustentável (PLS) do órgão, materializado no Plano de Gestão Ambiental da AMAN, o qual encontra-se inserido nos autos do Processo.

14.2. A AMAN deseja, na contratação em perspectiva, a adoção por parte da CONTRATADA, de boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição, bem como o atendimento aos critérios de sustentabilidade ambiental, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010.

14.3. De acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, setembro 2023, 6ª edição, revista, atualizada e ampliada edição aprovada pela câmara nacional de sustentabilidade e pela consultoria-geral da união e considerando todas as fases do ciclo de vida do produto objetos deste Processo da Contratação, observa-se alguns exemplos de produtos sustentáveis no art. 5º da Instrução Normativa 01/2010 da SLTI/MPOG:

14.3.1. I. bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

14.3.2. II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

14.3.3. III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

14.3.4. IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb),

cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

15. Declaração de Viabilidade

15.1. Justificativa de Viabilidade

15.1.1. A presente Equipe de Planejamento declara esta contratação viável.

16. Responsáveis

16.1. Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

JOSÉ CRISTOVÃO LIMA NUNES

Membro da Equipe de Planejamento

LILIAN DE PAULA SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento

FUEDE FERES JUNIOR

Chefe da Equipe de Planejamento

Despacho: APROVO o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP), cujo objeto é subsidiar a elaboração do Termo de Referência, sobre as informações necessárias para a aquisição de Materiais de Divulgação Institucional da AMAN.

RAFAEL SALGADO DA SILVA

Ordenador de Despesas da Academia Militar das Agulhas Negras